



Ministério da Educação
Universidade Federal da Bahia
Conselho Acadêmico de Ensino



PARECER CAE

Processo: 23066.034523/2015-85

Interessado: Faculdade de Direito

Assunto: Criação do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública – Modalidade EaD

CAE - Parecer do Conselho 446
10/08/16

Senhor Presidente e Senhores Conselheiros,

A Direção da Faculdade de Direito encaminhou o presente processo, referente à criação do Curso Superior em Segurança Pública na modalidade a distância, para análise técnica do Núcleo de Currículos e Programas da PROGRAD e Posterior apreciação deste Conselho. O curso proposto foi suscitado por meio de Edital 75/2014-CAPES/UAB (folhas 284 a 298), que incentiva a criação de novos cursos na modalidade a distância, para Instituições que são integrantes do Sistema Universidade aberta do Brasil (SisUAB). Está prevista a ofertada de 270 (duzentos e setenta) vagas distribuídas em 6 (seis) pólos: Camaçari, Juazeiro, Itabuna, Campo Formoso, Paulo Afonso e Vitória da Conquista. O regime acadêmico é semestral, com entradas anuais. O tempo de integralização mínimo indicado no projeto é de 5 (cinco) semestres e no máximo de 6 (seis) semestres. A carga horária total do curso é de 1.817h, sendo 1.309h de componentes curriculares obrigatórios, 408 horas de componentes curriculares optativos e 100 horas de atividades complementares (folhas 185 a 186), sendo que o início das atividades ocorrerá oportunamente.

O curso foi aprovado por meio de parecer deste Conselho em 21/11/2015, com ressalva de sanar dez fragilidades detalhadas na análise técnica realizada pelo Núcleo de Currículos e programas da PROGRAD (folhas 298 a 301). Após aprovação com ressalvas, este processo foi encaminhado à Superintendência Acadêmica – SUPAC que o despachou à faculdade de Direito para a realização dos ajustes previstos no parecer supracitado. Posteriormente, a Faculdade de Direito encaminhou o processo para o Núcleo de Currículos e Programas da PROGRAD com atendimento de algumas das fragilidades, entretanto alguns itens apontados como frágeis no processo não foram devidamente sanados. O NUPROG, através de nova análise técnica (folha 424) reiterou itens que não foram atendidos e reencaminhou o processo a Faculdade de Direito, que cumpriu com o atendimento das ressalvas elencadas nas folhas 300, 301 e 424 deste processo.

Na última Análise Técnica realizada pelo NUPROG (folhas 555 e 556) constatou-se que das ressalvas indicadas não consta a anuência do Departamento ofertante de LETE46-LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais. A Direção da faculdade de Direito justificou que por disposição legal (Decreto 5.626/2005, Art 3º §2º) a oferta do componente supracitado não necessita de anuência Departamental (folhas 309 e 425). O entendimento do NUPROG, após realização de duas diligências e diálogos, quanto ao atendimento da Resolução 05/2003 da Câmara de Ensino

de Graduação da UFBA que prevê a manifestação do Departamento ofertante, é de que este é o posicionamento final da Direção da Faculdade de Direito e reitera " não há mais possibilidade de insistir que o proponente apresente tal anuência". O NUPROG também informa que a ausência de aprovação do Departamento de Letras Vernáculas não implicará, necessariamente, em indisponibilidade de docentes lotados neste departamento para as aulas, uma vez que há previsão de contratação de professores e tutores *ad hoc*.

Após acompanhamento do pleito e considerando a sugestão de aprovação pela Comissão de Currículos e Programas da PROGRAD, o nosso parecer, s.m.j., é pela aprovação das ressalvas atendidas.

Salvador, 10 de agosto de 2016

Rita de Cássia de Jesus Silva
Conselheira Profa. Rita de Cássia de Jesus Silva

Parecer e voto aprovados pelo Conselho
Acadêmico de Ensino em sessão de
10/08/16
kelmo
Presidente do Conselho Acadêmico de Ensino

Prof. Dr. Francisco Kelmo Oliveira dos Santos
Presidente do Conselho Acadêmico de Ensino